



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

INFORME BRASIL Nº02/2025

Período: 08/02/25 a 14/02/25

GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ

- 1- Braga Netto recebe visita de comandante do Exército em prisão no Rio de Janeiro
- 2- Força Aérea Brasileira transportou brasileiros deportados dos EUA
- 3- Ministério Público de São Paulo realiza investigação sobre impactos ambientais causados por obras construídas pelo Exército
- 4- Polícia Civil do Amazonas prende três militares da Força Aérea Brasileira envolvidos com tráfico de drogas
- 5- General do Exército brasileiro assume comando militar da Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo
- 6- Banco Central planeja transferência de prédio inacabado para a Marinha
- 7- Lei de Anistia I: Supremo Tribunal Federal forma maioria para reavaliar Lei da Anistia
- 8- Lei de Anistia II: ministro da Defesa revanchismo
- 9- Ataques de 8 de janeiro I: ministro da Defesa defende soltura dos presos do 8 de janeiro sob a alegação de pacificação do país
- 10- Ataques de 8 de janeiro II: tese de crime impossível defendida por Hugo Motta sobre o 8 de janeiro é rejeitada por especialistas do direito
- 11- Ataques de 8 de janeiro III: presidente da Câmara dos Deputados é visitado por esposa de condenado preso pelo 8 de janeiro

1- **Braga Netto recebe visita de comandante do Exército em prisão no Rio de Janeiro**

Conforme reportagem do periódico *Folha de S. Paulo*, no dia 07/02/2025, o comandante do Exército, general Tomás Miguel Ribeiro Paiva, visitou o general Walter Braga Netto, militar preso na Vila Militar do Rio de Janeiro desde 14/12/2024 por tentar obstruir as investigações iniciada após a delação premiada do tenente-coronel Mauro Cid. A prisão de Braga Netto foi definida por Alexandre de Moraes, ministro do Supremo Tribunal Federal. Segundo a Folha, fazer visitas a militares presos é uma prática recorrente do chefe do Exército e, neste caso, a visita foi realizada com o objetivo de conferir a saúde do militar e apurar se ele dispõe de defesa, bem como se sua família recebe apoio. O jornal avaliou que, devido à carreira, que envolve situações de tensão, Braga Netto parece não estar abatido com a prisão e expressa tranquilidade. Aliado o ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), visto que exerceu o cargo de ministro da Defesa e chefia da Casa Civil

durante o seu governo, Braga Netto foi indiciado, a partir das investigações, por tentativa de golpe, organização criminosa e abolição violenta do Estado Democrático de Direito. Agora sob avaliação da Procuradoria Geral da República, a denúncia deve ser publicada ainda neste mês pelo órgão. Em fevereiro de 2024, o general foi convocado a depor, porém, manteve-se em silêncio. Segundo a Polícia Federal, Braga Netto doou caixas de vinho a militares que organizaram o plano de assassinato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, vice-presidente Geraldo Alckmin e Alexandre de Moraes. Ainda, ordenou a Ailton Gonçalves Barros, ex-major, que difundisse mensagens para afetar a reputação de Tomás Paiva, associando-o ao Partido dos Trabalhadores. (Folha de S. Paulo – Política – 08/02/25)

2- Força Aérea Brasileira transportou brasileiros deportados dos EUA

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o segundo voo com 111 brasileiros deportados dos EUA aterrissou em Fortaleza, estado do Ceará, no dia 07/02/2025, após parada em Porto Rico. Do total, 16 desembarcaram na capital cearense e os outros seguiram viagem em direção ao destino final, o Aeroporto Internacional de Belo Horizonte, em Confins, por meio da aeronave KC-30 da Força Aérea Brasileira (FAB). Além disso, o plano brasileiro contou com o envio de um diplomata à cidade de Alexandria, no estado de Louisiana, para acompanhar o embarque da deportação. O governo federal também mobilizou equipes do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania para acolher os repatriados nos dois aeroportos e o governo mineiro, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, realizou uma ação para dar suporte aos deportados. Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, a parada em Fortaleza ocorreu para a retirada das algemas, tal qual informa a secretária de Direitos Humanos do Ceará, Socorro França. A reportagem afirmou que essa operação foi planejada por um grupo de trabalho entre representantes brasileiros e americanos, uma vez que o primeiro voo de deportação, que parou em Manaus por falha técnica, foi acompanhado de problemas como relatos de maus-tratos dos agentes americanos aos imigrantes, falta de ar-condicionado e o uso de algemas pelos repatriados. Naquela ocasião, o governo federal também atuou, enviando um avião da FAB à capital amazonense e exigiu explicações dos Estados Unidos, cuja Embaixada no país lastimou o ocorrido. Ainda, de acordo com a ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania do Brasil, Macaé Evaristo, mulheres e crianças não foram algemadas nesse segundo voo, simbolizando uma alteração de tratamento aos imigrantes deportados. (Folha de S. Paulo – Mundo – 08/02/25; O Estado de S. Paulo – Política – 08/02/25)

3- Ministério Público de São Paulo realiza investigação sobre impactos ambientais causados por obras construídas pelo Exército

Conforme o periódico *Folha de S. Paulo*, o Ministério Público de São Paulo analisa duas denúncias em relação à construção de um prédio pelo Exército ao redor do Complexo Poliesportivo do Ibirapuera, local tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). A primeira denúncia se refere às consequências das máquinas na área, e a segunda, a uma eventual destruição do florescimento de água. Segundo o jornal, o espaço é alvo de disputa entre o Exército, que realiza a obra, e os moradores da região, contrários a ela. Em novembro de 2024, o Iphan aprovou o tombamento do local, porém, dias depois, a

prefeitura de São Paulo autorizou a obra, desconsiderando a decisão da instituição, uma vez que não havia sido notificada por ela. O Iphan informou que o processo ainda não está finalizado porque é necessário receber manifestações opostas à decisão do órgão. O promotor Carlos Henrique Prestes Camargo pediu ao órgão no dia 06/02/2025 que confirme em até 30 dias se os interessados, contrários à deliberação, foram notificados sobre a demarcação do espaço. Ainda, solicitou uma inspeção da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente a fim de apurar a presença de água e possíveis impactos ambientais na região. (Folha de S. Paulo – Ilustrada – 08/02/25)

4- Polícia Civil do Amazonas prende três militares da Força Aérea Brasileira envolvidos com tráfico de drogas

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, três militares da Força Aérea Brasileira (FAB) foram presos pela Polícia Civil do Amazonas por participarem de uma quadrilha de tráfico de drogas que usava os aviões militares para transportá-las entre Manaus e São Gabriel da Cachoeira, cidade perto da fronteira com Venezuela e Colômbia e cuja região é conhecida pelo narcotráfico. A investigação se originou após a apreensão de 350 quilos de drogas no ano passado, na qual cinco pessoas foram presas. A partir disso e da descoberta da rota do tráfico, em junho de 2024, as investigações continuaram sob condução da delegada Grace Jardim, culminando com a ocorrência da Operação Queda no Céu, liderada pela Delegacia Especializada de São Gabriel da Cachoeira. A ação prendeu o trio de militares com 22, 23 e 26 anos e outros dois civis, incluindo o financiador do tráfico, que alugava veículos para lavar o dinheiro ilícito e movimentava milhões de reais, apesar de declarar o recebimento de R\$1 mil reais mensais. Todos foram acusados de crime por tráfico de drogas e lavagem de dinheiro e, inclusive, a prisão de um dos três militares foi em flagrante, visto que portava droga. Importante destacar que o militar de 26 anos se encarregava de aliciar as “mulas”, pessoas que realizam o transporte da droga até o destino, a fim de levá-las nas aeronaves da FAB e que eram escolhidas por menor relevância para as autoridades, tal como grávidas e mulheres indígenas. Em nota, a FAB afirmou que acompanha o caso, apoia o andamento das investigações da polícia e que o Comando da Aeronáutica não condescende com atitudes que não estão em consonância com valores e esforço da instituição. (Correio Braziliense – Política – 08/02/25)

5- General do Exército brasileiro assume comando militar da Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo

Em entrevista ao periódico *O Estado de S. Paulo*, o general do Exército brasileiro Ulisses Mesquita Gomes falou sobre sua missão após ser nomeado pela Organização das Nações Unidas (ONU) comandante militar da Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (Monusco). Com uma tropa de capacetes azuis, que possui o direito de usar a força, juntamente com as Forças Armadas da República Democrática do Congo (FARDC), a missão tem como objetivo a proteção de civis na Província de Kivu do Norte e o enfrentamento dos rebeldes do movimento M23 em busca da estabilização da República Democrática do Congo (RDC). A nomeação do general ocorreu após 48 horas do ataque do M23 em Goma, maior cidade do leste do país. O general destacou a importância das atividades feitas pelo mandato anterior e que a ONU, juntamente com o apoio de

organizações regionais e a FARDC, estavam mantendo um bom trabalho, que foi interrompido pelo M23, que não respeitou o cessar-fogo iniciado em junho de 2024. Em relação aos militares brasileiros presentes em Goma, o general enfatizou que estão em segurança na base da ONU e que não prevê um ataque do M23 a eles, pois a ONU não é o alvo do grupo de rebeldes, cuja intenção é controlar a região. Segundo Gomes, o Exército brasileiro lhe deu todo o apoio, oferecendo atualizações sobre os militares brasileiros presentes na RDC, enfatizando que sua missão é seguir o mandato da ONU, focando na proteção de civis, e fazer com que haja um ambiente seguro para que as negociações cheguem a uma conclusão. (O Estado de S. Paulo – Internacional – 09/02/25)

6- Banco Central planeja transferência de prédio inacabado para a Marinha

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o Banco Central (BC) planeja transferir o controle sobre a construção de um prédio na Zona Portuária do Rio de Janeiro para a Marinha brasileira, por falta de orçamento para a finalização da obra. A construção encontra-se paralisada desde 2019 e foi desenvolvida para sediar o Departamento de Meio Circulante [MECIR], além de toda a parte administrativa do BC. Com a transferência, a Marinha irá reservar parte do empreendimento para o MECIR e alocar as seguintes burocracias militares no prédio: a Diretoria de Portos e Costas (DPC), a Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha (CCCPM), o Centro de Comunicação Social da Marinha no Rio de Janeiro (CCSM-Rio), o Serviço de Veteranos e Pensionistas da Marinha (SVPM), o Instituto Naval de Pós-Graduação (INPG), a Procuradoria Especial da Marinha (PEM), a Biblioteca da Marinha e o Departamento de Veteranos do Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais (CPesFN-70). Por fim, já foram aportados cerca de 87 milhões em licitações e a previsão é de que a finalização demande mais 23 milhões. (Folha de S. Paulo – Mercado – 12/02/25)

7- Lei de Anistia I: Supremo Tribunal Federal forma maioria para reavaliar Lei da Anistia

Segundo notícias veiculadas nos periódicos *O Estado de S. Paulo* e *Correio Braziliense*, o Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria para reavaliar a extensão da Lei de Anistia para crimes permanentes, como ocultação de cadáver e sequestro. Em outras palavras, isso significa a possibilidade de revogação da ampla anistia concedida com a promulgação da Lei em 1979, durante a vigência da ditadura militar (1964-1985). Em seu voto, o ministro relator, Flávio Dino, comentou sobre a inconstitucionalidade da anistia a crimes permanentes e ainda ressaltou a comoção gerada por casos como o do ex-deputado Rubens Paiva, retratado recentemente no filme 'Ainda Estou Aqui' (2024). De acordo com o ministro, "No momento presente, o filme Ainda estou aqui (...) tem comovido milhões de brasileiros e estrangeiros. A história do desaparecimento de Rubens Paiva, cujo corpo jamais foi encontrado e sepultado, sublinha a dor imprescritível de milhares de pais, mães, irmãos, filhos, sobrinhos, netos, que nunca tiveram atendidos os seus direitos quanto aos familiares desaparecidos". Por fim, essa votação, a ser realizada até o dia 21/02/2025, deriva de um caso específico, no qual o Ministério Público Federal (MPF) ingressou contra a decisão do Tribunal Regional da 1ª Região (TRF1), localizado em Brasília, de anistia aos coronéis Lício Augusto Ribeiro Maciel e Sebastião Curió Rodrigues de Moura. Ambos foram acusados de

homicídio e ocultação dos cadáveres de André Grabois, João Gualberto Calatrone e Antônio Alfredo de Lima, durante a guerrilha do Araguaia, movimento armado ocorrido na região amazônica entre os anos 1960 e 1970. (O Estado de S. Paulo – Política – 12/02/25; Correio Braziliense – Política – 12/02/25)

8- Lei de Anistia II: ministro da Defesa menciona revanchismo

O periódico *Folha de S. Paulo* publicou notícia sobre a revisão da Lei da Anistia (1979), da ditadura militar (1964-1985), que está sendo analisada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por meio de três processos, com previsão de julgamento conjunto, mas com data a definir. Essa mobilização foi intensificada após o sucesso do filme "Ainda Estou Aqui", sobre o desaparecimento do ex-deputado Rubens Paiva, e conforme a tendência de rejeição do Supremo em conceder perdão aos condenados pelos crimes de 8 de janeiro de 2023. O STF já formou maioria para analisar se a ocultação de cadáveres durante a ditadura é protegida pela Lei da Anistia, considerando esse crime como permanente. Ao serem ouvidos pela *Folha*, quatro oficiais militares sob reserva afirmaram que a revisão não terá impacto na realidade, pois os responsáveis pelos crimes já são idosos ou faleceram. Eles consideram o tema superado e acham que reacender o debate está relacionado com o projeto de lei que visa perdoar os responsáveis pelo 8 de janeiro. Já o ministro da Defesa, José Mucio, afirmou que as Forças Armadas pretendem ponderar o tema visto a possibilidade dele ser usado politicamente para incentivar o revanchismo já existente no país. A revisão traz como processo central uma ação do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) de 2014, que questiona a aplicação da Lei da Anistia aos crimes de graves violações de direitos humanos perpetrados por agentes públicos civis ou militares e autores de crimes continuados ou permanentes. Em outro processo relatado pelo ministro Flávio Dino, o STF analisa recurso contra militares acusados de assassinato e ocultação de cadáver em meio à guerrilha do Araguaia, uma vez que a ocultação de cadáveres é considerada crime permanente pelo Ministério Público Federal (MPF). A terceira frente, relatada pelo ministro Alexandre de Moraes, trata de um recurso do MPF sobre os militares responsáveis pelo desaparecimento de Rubens Paiva. O presidente do STF, Luís Roberto Barroso, defende o julgamento conjunto das ações para evitar a reabertura de questões já discutidas. Existe a expectativa no Supremo de realizar audiências públicas para discutir a questão no âmbito da ação do PSOL, sob relatoria do ministro José Antonio Dias Toffoli. Se o processo não avançar, a outra opção seria julgar primeiro o recurso do ministro Flávio Dino. Assim, o Supremo resolveria a polêmica acerca da ocultação de cadáveres, mas logo precisaria voltar sua atenção para a ação do PSOL e reconsiderar outros aspectos da Lei da Anistia. (Folha de S. Paulo – Política – 13/02/25)

9- Ataques de 8 de janeiro I: ministro da Defesa defende soltura dos presos do 8 de janeiro sob a alegação de pacificação do país

De acordo com os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Correio Braziliense*, o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, em entrevista ao programa televisivo *Roda Viva*, comentou o episódio do 8 de janeiro de 2023, tomando posições contraditórias tanto perante falas próprias, quanto à posição oficial da cúpula do Governo Federal. Em determinado momento, o ministro chegou a dizer que “Acho que na hora que você solta um inocente ou uma pessoa que não teve um envolvimento muito grande

é uma forma de você pacificar. Este país precisa ser pacificado. Ninguém aguenta mais esse radicalismo. A gente vive atrás de culpados”. Ao mesmo tempo, afirmou que a tentativa foi golpista, mas houve esvaziamento da liderança do movimento. Acrescentou ainda que a busca pelos organizadores dos atos golpistas ajudaria a dissipar a ‘nuvem de suspeição’ que paira sobre as forças armadas. Por fim, Múcio comentou sobre uma possível saída do comando do Ministério, afirmando que pediu novamente ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva sua demissão, o que foi negado novamente. (O Estado de S. Paulo – Política – 12/02/25; Correio Braziliense – Política – 12/02/25)

10- Ataques de 8 de janeiro II: tese de crime impossível defendida por Hugo Motta sobre o 8 de janeiro é rejeitada por especialistas do direito

Segundo notícia do jornal *Folha de S. Paulo*, as falas do presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos), comparando os ataques às instituições no 8 de janeiro de 2023 a um mero vandalismo, ao invés de uma tentativa de golpe, representam a tese do crime impossível, amplamente defendida por bolsonaristas. Tal postura adotada por ele e outras figuras como o senador Flávio Bolsonaro (PL) e a vereadora da cidade de São Paulo, Janaina Paschoal (PP), consideram que sem armas e com as sedes dos Poderes vazias, não havia chance de se reverter o resultado das eleições. Tais argumentos vão ao encontro com a tese que define o crime impossível como aquele no qual o autor nunca seria capaz de consumá-lo em razão da ineficácia absoluta dos meios utilizados. Contudo, segundo o jornal, a maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e de advogados criminalistas rejeitaram a tese, argumentando que os ataques foram atos coordenados com a intenção de subverter o regime democrático. A *Folha* consultou três especialistas de advocacia criminal, entre eles Rafael Borges, advogado e autor do livro "Crimes contra o Estado Democrático de Direito". Segundo ele, o vandalismo, que juridicamente é definido como crime de dano, tem fim em si próprio, sem demais objetivos, mas as investigações indicam que a intenção dos envolvidos era de fato tomar o poder, não apenas vandalizar. Borges entende que Motta falou politicamente desejando realizar sinalização positiva aos bolsonaristas, que o apoiaram em sua eleição. "Mas no campo jurídico é uma fala equivocada, que não encontra base na realidade", declarou Borges. Ainda de acordo com outros especialistas consultados pela *Folha de S. Paulo*, a tese do "crime impossível" tem sido vista como uma tentativa de minimizar a gravidade dos atos golpistas, que incluíram omissão das forças de segurança e até mesmo o apoio de militares de alta patente. Em editorial, a *Folha* criticou a fala Hugo Motta. De acordo com o periódico, ao minimizar o acontecido e não o considerar como uma tentativa de golpe, Motta criou um problema para si e para o país. Enquanto sua declaração agradou grupos bolsonaristas, também acabou por gerar conflito com governistas, parte do centrão e com STF, além de elevar significativamente a pressão para que ele pautasse projetos em benefício do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022) o que, por sua vez, pode levar a crises no Parlamento. O editorial defendeu que houve exagero em algumas condenações, com algumas penas de até 17 anos que parecem desproporcionais, já que os réus não eram os principais articuladores do golpe, mas que mesmo com a direita radical sugerindo que o STF agiu com vingança, a corte de fato não foi tão severa nas punições, com muitos acusados recebendo apenas sanções leves após fazerem acordos de não persecução penal. (Folha de S. Paulo – Opinião – 13/02/25; Folha de S. Paulo – Política – 13/02/25)

11- Ataques de 8 de janeiro III: presidente da Câmara dos Deputados é visitado por esposa de condenado preso pelo 8 de janeiro

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), recebeu a visita de Vanessa Vieira, esposa de Ezequiel Ferreira, um dos condenados pelos ataques de 8 de janeiro. Em companhia do líder da oposição na Casa, o deputado Luciano Lorenzini Zucco (PL-RS), Vanessa foi ao gabinete de Motta com os filhos, mas o conteúdo da conversa não foi divulgado. A visita aconteceu mobilizada pelas ações de deputados bolsonaristas a favor de anistiar os presos do 8 de janeiro. As declarações de Motta criticando a severidade das penas dadas aos condenados e afirmando que não houve tentativa de golpe trouxeram animação para a base bolsonarista e foram elogiadas por Zucco. No entanto, tal posição gerou críticas de parlamentares governistas que apoiam o atual presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva e de alguns ministros do Supremo Tribunal Federal. O projeto de anistia, proposto junto à Comissão de Constituição e Justiça em 2024, atualmente aguarda o início dos trabalhos em uma comissão especial criada para discutir o tema. (*O Estado de S. Paulo - Política -13/02/25*)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)

Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Laura Meneghim Donadelli

Leonardo Pontes Vinó

Equipe redação

Brenda Rodrigues de Carvalho

Camila Mika Ozassa Sawada

Duany Ferreira
Iaritsa Jade Lima Freitas
Isabelle Costa
Isadora Helena Caleguer Figueiredo
Julia Helena Esmeraldo
Letícia Pereira de Lima
Lucas Biagini Muniz e Borges
Maria Luiza de Barros Costacurta
Maria Luiza Garcia Rabelo
Mariana Amaro Gonçalves Silva
Mariana Sala